



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º andar –
Brasília – DF – CEP: 70.308-200 Telefones: (61) 2027-3213 / (61) 2027-3981
E-mail: conade@mdh.gov.br

Ata da 124ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)
Data: 02 a 04/03/2020

1 De dois a quatro dias do mês de março de dois mil e vinte realizou-se 124ª Reunião Ordinária do
2 Conselho Nacional de dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), sob a Coordenação do
3 Conselheiro Titular Marco Antonio Castilho Carneiro, Presidente do CONADE e Representante da
4 Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI). Estiveram presentes os
5 seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Maria do Carmo Tourinho
6 Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheira Suplente Telma
7 Maria Viga de Albuquerque, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA);
8 Conselheiro Titular Antonio de Souza Amaral, Representante da Associação Brasileira de
9 Ostromizados (ABRASO); Conselheira Suplente Ana Paula Batista Soledade, Representante da
10 Associação Brasileira de Ostromizados (ABRASO); Conselheiro Titular Wilson Roberto Gomiero,
11 Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG);
12 Conselheira Suplente Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Representante da
13 Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheiro Titular
14 Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com
15 Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheiro Suplente
16 Francisco Djalma de Oliveira, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com
17 Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheiro Titular
18 Hugo Frota Magalhães Porto Neto, Representante da Associação Nacional dos Membros do
19 Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoa com Deficiência (AMPID);
20 Conselheira Suplente Marlúcia Gomes Evaristo Almeida, Representante da Associação Nacional

21 dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoa com Deficiência
22 (AMPID); Conselheiro Titular Isaias Dias, Representante da Central Única dos Trabalhadores
23 (CUT); Conselheira Suplente Daiane Mantoanelli; Representante da Central Única dos
24 Trabalhadores (CUT); Conselheiro Titular Moisés Bauer Luiz, Representante da Confederação
25 Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Suplente Carlos Eduardo
26 Ferrari, Representante da Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais (CBDV);
27 Conselheiro Titular Antonio Carlos Sestaro, Representante da Federação Brasileira das Associações
28 de Síndrome de Down (FBASD); Conselheira Suplente Ana Cláudia Mendes de Figueiredo,
29 Representante da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD);
30 Conselheira Olga Gonçalves Faria, Representante da Federação das Associações de Renais e
31 Transplantados do Brasil (FARBRA); Conselheiro Suplente João Adilberto Pereira Xavier,
32 Representante da Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil (FARBRA);
33 Conselheiro Titular Marco Antonio Castilho Carneiro, Representante da Federação Nacional das
34 Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Suplente Carlos Henrique Viana,
35 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI);
36 Conselheiro Titular Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das APAEs
37 (FENAPAES); Conselheiro Suplente Erivaldo Fernandes Neto, Representante da Federação
38 Nacional das APAEs (FENAPAES); Conselheiro Magno Prado Gama Prates, Representante da
39 Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheira Titular Lucimar
40 Batista da Costa, Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela
41 Hanseníase (MORHAN); Conselheiro Suplente Francisco Faustino Pinto, Representante do
42 Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN); Conselheiro
43 Titular Gonzalo de Alencar Lopez, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
44 Conselheiro Suplente Gisele de Souza Cruz da Costa, Representante da Ordem dos Advogados do
45 Brasil (OAB); Conselheiro Titular Sérgio Diego de França, Representante da Organização Nacional
46 de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Suplente Antonio Muniz da Silva, Representante da
47 Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheira Titular Carmem Lúcia Lopes
48 Fogaça, Representante da Organização Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência Física
49 (ONEDEF); Conselheiro Suplente Décio Gomes Santiago, Representante da Organização Nacional
50 de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF); Conselheira Titular Laís Khaled Porto,
51 Representante da Casa Civil (CC); Conselheiro Suplente Robson Crepaldi, Representante da Casa

52 Civil (CC); Conselheiro Titular Jean Carlos Pejo, Representante do Ministério do Desenvolvimento
53 Regional (MDR); Conselheira Suplente Isabela Oliveira Pereira, Representante do Ministério do
54 Desenvolvimento Regional (MDR); Conselheira Titular Sônia da Costa, Representante do
55 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Conselheiro Suplente
56 Flávio Fonte-Boa, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
57 (MCTIC); Conselheiro Titular Daniel Dias Dutra, Representante do Conselho Estadual dos Direitos
58 da Pessoa com Deficiência da Bahia (COEDE/BA); Conselheiro Suplente Carlos de Souza Maciel,
59 Representante do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal
60 (CODDEDE); Conselheiro Titular Josewilson Batista de Souza, Representante do Conselho
61 Municipal da Pessoa com Deficiência de Juazeiro/BA (CMPD); Conselheiro Suplente Jairton
62 Fabeni Domingos, Representante do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência de
63 Itajaí (COMADEFI); Conselheira Titular Sandra Cipriano Chaves, Representante da Secretaria
64 Especial da Cultura/ Ministério da Cidadania (SEC/MC); Conselheira Suplente Giselle Dupin,
65 Representante da Secretaria Especial da Cultura/ Ministério da Cidadania (SEC/MC); Conselheiro
66 Titular Wallace Dias Freitas, Representante da Secretária Especial de Desenvolvimento Social/
67 Ministério da Cidadania (SEDS/MC); Conselheira Suplente Niusarete Margarida de Lima,
68 Representante da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social/Ministério da Cidadania
69 (SEDS/MC); Conselheira Titular Nídia Regina Limeira de Sá, Representante do Ministério da
70 Educação (MEC); Conselheira Suplente Crisiane Nunes Bez Batti, Representante do Ministério da
71 Educação (MEC); Conselheiro Titular Cláudio Liz Pinheiro da Silva, Representante da Secretaria
72 Especial de Esporte/ Ministério da Cidadania (Esporte/MC); Conselheiro Suplente Marcelo Rodrigo
73 Ferreira Jesus, Representante da Secretaria Especial de Esporte/Ministério da Cidadania
74 (Esporte/MC); Conselheiro Titular Carlos Rodrigo Martins Dias, Representante do Ministério da
75 Justiça e Segurança Pública (MJSP); Conselheiro Suplente Jairo Cezar de Carvalho Junior,
76 Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Conselheiro Suplente Paulo
77 Roberto Amaral Vieira, Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
78 (MMFDH/SNDPD); Conselheiro Suplente Durval Luiz Pereira de Oliveira, Representante do
79 Ministério das Relações Exteriores (MRE); Conselheiro Titular Angelo Roberto Gonçalves,
80 Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheira Suplente Dressiane Zanardi Pereira,
81 Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheiro Titular Orion Sávio Santos de Oliveira,
82 Representante da Secretaria de Previdência/Ministério da Economia (SPrev/ME); Conselheira

83 Suplente Reislá Josyane de Araújo Ramos Neves, Representante da Secretaria da
84 Previdência/Ministério da Economia (SPREV/ME); Conselheira Titular Roseane Cavalcante de
85 Freitas Estrela, Representante da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres/Ministério da
86 Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNPM/MMFDH); Conselheira Suplente Carolina
87 Angelica Moreira Sanchez Gomes, Representante da Secretaria Nacional de Políticas para
88 Mulheres/Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNPM/MMFDH);
89 Conselheira Titular Erika Medina Stancioli, Representante da Secretaria de Trabalho/Ministério da
90 Economia (STb/ME); Conselheiro Suplente Rafael Faria Giger, Representante da Secretaria de
91 Trabalho/Ministério da Economia (STb/ME); Conselheiro Titular Ênio Soares Dias, Representante
92 do Ministério da Infraestrutura (MI); Conselheiro Suplente Daniel Mariz Tavares, Representante do
93 Ministério da Infraestrutura (MI); Conselheiro Titular Rodrigo Moreles Canez, Representante do
94 Ministério do Turismo (Mtur); Conselheiro Suplente Francisco Chaves do Nascimento Neto,
95 Representante do Ministério do Turismo (Mtur). Ausências Justificadas: Conselheiro Titular Luiz
96 Cláudio Alves Pereira, Representante da Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas
97 (ABRC); Conselheiro Suplente Luiz Cláudio Pontes da Silva, Representante da Associação
98 Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas (ABRC); Conselheiro Titular Jeferson Furlan Nazário,
99 Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
100 Conselheiro Suplente Fernando César Thiago de Mello, Representante da Confederação Nacional
101 do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Conselheiro Suplente Carlos Eduardo de Vilhena
102 Paiva, Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); Conselheiro
103 Titular Bernardo Luiz Torres Klimsa, Representante da Federação Nacional de Educação e
104 Integração de Surdos (FENEIS); Conselheiro Titular Filipe Trigueiro Xavier Correia, Representante
105 do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH); Conselheira Titular
106 Adriana Rodrigues Martins, Representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE).
107 **ABERTURA 02/03/2020:** O Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro, Presidente do
108 CONADE e Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, iniciou a reunião
109 cumprimentando e realizou a verificação do quórum. Verificado o quórum, registrou a presença de
110 ouvintes e convidados que estão acompanhando a reunião. Informou que a pauta está composta
111 pelos seguintes itens: Dia 02/03/2020: 9h00 – Instalação do Plenário; 9h15 – Leitura e Aprovação
112 da Ordem dos Trabalhos; 9h30 – Aprovação das Atas da 118ª, 121ª e 122ª Reuniões Ordinárias do
113 CONADE; 9h45 – Apreciação e Aprovação do Regimento Interno; 12h30 – Intervalo para Almoço;

114 14h – Instalação do Plenário; 14h15 – Recomposição das Comissões Permanentes; 14h45 -
115 Apresentação do Orçamento e Planejamento da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com
116 Deficiência 2020; 15h45 - Reunião das Comissões Permanentes para eleição dos coordenadores;
117 16h45 - Recomposição da Comissão organizadora da 5ª Conferência Nacional; 17h - Reunião
118 Conjunta da Presidência Ampliada e Comissão Organizadora da 5ª Conferência Nacional; 18h –
119 Encerramento. Dia 03/03/2020: 9h - Instalação do Plenário e Início dos Trabalhos; 9h15 -
120 Instrumento de Avaliação da Deficiência: Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado
121 (IFBRM), Aplicação de Oficina Teste do Instrumento - Técnicos da SNDPD; 12h - Intervalo para
122 Almoço; 14h - Aplicação de Oficina Teste do Instrumento - Técnicos da SNDPD (continuação);
123 18h – Encerramento. Dia 04/03/2020: 9h - Instalação do Plenário e Início dos Trabalhos; 9h15 -
124 Tema: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Convidados: Luiz Roberto Liza
125 Curi, Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE); Erenice Natália Soares de Carvalho,
126 Professora Psicóloga, Fonoaudióloga, Mestre e Doutora em Psicologia da Universidade de Brasília;
127 Nídia Regina Limeira de Sá, Diretora de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio à Pessoa
128 com Deficiência do MEC; Cristina Maria Carvalho Delou, Coordenadora-Geral de Políticas,
129 Reformulação de Formação de Profissionais em Educação Especial do MEC; Rosângela Machado,
130 Professora e Doutora em Educação da Secretaria de Educação de Florianópolis/SC; Jorge Luiz
131 Ribeiro de Medeiros, Procurador da República (aguardando confirmação); 12h - Intervalo para
132 Almoço, 13h30 - Instalação do Plenário; 13h45 - Comissão Organizadora da 5ª Conferência
133 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Apreciação dos Relatórios da Comissão; 15h30 -
134 Apreciação dos Relatórios das Comissões; 16h30 - Informes Gerais; 17h - Encerramento.
135 Colocando a pauta para apreciação, o Conselheiro Moisés Bauer Luiz, Representante da
136 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais (CBDV), solicitou esclarecimento
137 sobre apresentação do Orçamento e Planejamento da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa
138 com Deficiência 2020, questionando se seria apenas uma prestação de contas ou uma apresentação
139 do plano de ação da SNDPD. Informou que será analisado pelo Congresso Nacional o Veto nº 55 do
140 Presidente da República, que veda o projeto de lei aprovado no Congresso Nacional em que majora
141 a renda per capita para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), propondo a
142 inclusão da elaboração de uma moção do CONADE solicitando a derrubada desse veto e a
143 elaboração de uma articulação junto aos parlamentares na pauta. O Presidente Marco Antonio
144 Castilho Carneiro explicou que a Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

145 solicitou que fosse realizada a apresentação do orçamento e planejamento da SNDPD, ponderando
146 que houve uma dificuldade de incluir esse item, uma vez que a pauta já estava definida. Arrazoou
147 que entendem a importância dessa apresentação, explanando que foi acordado que essa
148 apresentação poderá retornar na próxima reunião caso não consigam apreciar todas as questões.
149 Com relação à proposta apresentada, discorreu que a mesa entende que é de suma importância a
150 colocação do conselheiro, sugerindo que elabore a minuta de manifesto do CONADE para
151 apreciação no período da tarde, o que foi aprovado com uma abstenção. Com relação ao
152 Instrumento de Avaliação da Deficiência: Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBRM)
153 do dia 03/03/2020, informou que receberam um expediente da SNDPD informando a dinâmica da
154 oficina que será realizada, ponderando que a apresentação foi dividida em três etapas, explicando-
155 as. Discorreu que é necessário indicar seis conselheiros com deficiência e que desejem participar da
156 oficina. O Conselheiro Moisés Bauer Luiz questionou o que os demais conselheiros farão no
157 período que os seis conselheiros estarão participando da oficina e o Presidente Marco Antonio
158 Castilho Carneiro esclareceu que os demais conselheiros estarão em atividades com a própria
159 equipe da SNDPD e dos profissionais da Universidade de Brasília (UnB), realizando a leitura do
160 documento encaminhado. O Conselheiro Isaias Dias, Representante da Central Única dos
161 Trabalhadores (CUT), entendeu que poderiam ampliar essa participação, uma vez que existem
162 outras pessoas que podem ser submetidas a esse teste. O Presidente Marco Antonio Castilho
163 Carneiro concordou com a explanação, questionando se as indicações serão realizadas nesse
164 momento ou poderão aguardar até o horário de almoço. Havendo consenso em realizar as
165 indicações até o horário de almoço, explanou que a apreciação dos Relatórios da Comissão
166 Organizadora da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência dependerá do
167 produto da reunião que será realizada hoje, observando que as diretrizes para a realização da
168 Conferência Nacional e do processo conferencial envolvendo as conferências estaduais e
169 municipais ainda não foi publicada. O Conselheiro Sérgio Diego de França, Representante da
170 Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), lembrou que o CONADE havia aprovado uma
171 proposta de diretrizes e orientações com o custeio da participação dos delegados da sociedade civil,
172 ponderando que já foi informado pela SNDPD da impossibilidade desse custeio. Questionou qual
173 será o tratamento dado pelo CONADE na elaboração das novas diretrizes. O Presidente Marco
174 Antonio Castilho Carneiro entendeu que essa questão será tratada na reunião de hoje, uma vez que
175 não possuem nenhuma resposta diferente do ministério de que o não financiamento da participação

176 de delegados da sociedade civil é pela inexistência de recursos. Seguindo para a aprovação das Atas
177 da 118ª, 121ª e 122ª Reuniões Ordinárias do CONADE, colocou em apreciação dos conselheiros, as
178 quais foram aprovadas com uma abstenção. Iniciando a apreciação e aprovação do Regimento
179 Interno, informou que foi publicado o Decreto nº 10.177, no dia 16 de dezembro de 2019, que
180 dispõe sobre a recriação do CONADE, destacando que o seu art. 14 traz que: "*O Regimento Interno*
181 *do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, será elaborado por sua Secretaria-*
182 *Executiva e aprovado pela maioria a absoluta dos membros do Conselho.*". Diante disso, postulou
183 que a Secretaria-Executiva encaminhou uma proposta de Regimento Interno no dia 21 de fevereiro
184 de 2020, a qual foi encaminhada aos conselheiros para as devidas contribuições. Elucidou que
185 houve a percepção que a proposta oferecida ao CONADE destoava bastante do Regimento Interno
186 aprovado em 2018 que aguardava a publicação por parte da Casa Civil, destacando que trabalharam
187 intensamente para concluir a análise de todo o documento. Explicou que trabalharão no documento
188 aprovado em 2018 chamando a atenção apenas para os pontos que sofreram alteração por força do
189 Decreto nº 10.177, observando que se não houver tempo suficiente para concluir os ajustes, o
190 regimento retornará a pauta da reunião de abril. Lembrou que será prestada uma homenagem ao
191 falecido Conselheiro Osvaldo Luiz Valinote às 11h, ponderando que o trabalho em relação ao
192 regimento poderá ser interrompido assim que o seu filho chegar à reunião. Iniciada a análise da
193 minuta de Regimento Interno do CONADE, especialmente, dos pontos que sofreram alteração por
194 força do Decreto nº 10.177, os conselheiros registram a importância da manutenção da AMPID na
195 composição do CONADE e aprovaram, com abstenção do representante da AMPID, a elaboração
196 de um manifesto público contrário a sua retirada do CONADE. Também foi aprovado por
197 unanimidade a inclusão do posicionamento em relação à extinção da Comissão de Análise,
198 Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos (CAN) e a realização de uma audiência com a
199 Ministra para tratar sobre a possibilidade de alteração do Decreto nº 10.177. Com a chegada do
200 filho do falecido Conselheiro Osvaldo Luiz Valinote, Sr. Amauri Valinote, foi realizada a
201 homenagem com a entrega de placa e apresentação de algumas fotos. Retornando a análise da
202 minuta de Regimento Interno do CONADE, o Conselheiro Gonzalo de Alencar Lopez,
203 Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), registrou o posicionamento da OAB
204 contrário a qualquer proposta de regimento do CONADE diante a extinção da CAN ou ausência da
205 AMPID. Havendo o consenso em realizar apenas a leitura da proposta de texto e não fazer a sua
206 aprovação tendo em vista a expectativa de superar as dificuldades colocadas, o Presidente Marco

207 Antonio Castilho Carneiro sugeriu que passassem a apresentação do Orçamento e Planejamento da
208 Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência 2020 e posteriormente retornassem
209 novamente à análise do regimento a partir do art. 31 devido a não finalização do debate e ao horário
210 avançado, o que foi aprovado. A Sra. Priscilla Roberto Gaspar de Oliveira, Secretária Nacional dos
211 Direitos da Pessoa com Deficiência, cumprimentou a todos e agradeceu pela oportunidade dada,
212 explicando que é muito importante que os conselheiros do CONADE saibam a situação do
213 orçamento. Apresentou as ações previstas para 2020, destacando: o Projeto Brasil Inclusão que
214 possui como temáticas principais a implantação da Avaliação Biopsicossocial da Deficiência, do
215 Cadastro Inclusão, e de Mecanismos de Monitoramento de Políticas Públicas Federais para a Pessoa
216 com Deficiência; a Regulamentação da LBI; e os Fóruns de Políticas Públicas para a Pessoa com
217 Deficiência. Acrescentou que existem outras ações da SNDPD, como a realização da Conferência
218 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; projetos de cooperação técnica internacional com
219 outros países; proposta de inclusão de suplemento na Pesquisa Nacional por Amostragem de
220 Domicílios (PNAD) Contínua com questões sobre pessoas com deficiência; reuniões da Comissão
221 Interministerial da Hanseníase; reuniões do CONADE; análise e manifestação sobre propostas de
222 projeto de lei; realização de estudos para atender à recomendação do TCU; e formalização de
223 termos de fomento e convênios com recursos de emendas parlamentares. Informou que a Ministra
224 Damares Regina Alves está acompanhando todos os trabalhos e está disponível para as demandas
225 do Conselho, passando a palavra para a apresentação do orçamento. O Sr. Luciano Bragagnolo,
226 Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças do MMFDH, cumprimentou os presentes e explicou
227 sobre os aspectos quantitativos do orçamento de 2020. Registrou que o orçamento para das despesas
228 obrigatórias da LOA de 2020, em RP0, voltou inalterada e as despesas discricionárias caíram de R\$
229 220 milhões para R\$ 99 milhões e em compensação, ganharam R\$ 153 milhões em emendas de
230 individuais, R\$ 27 milhões em emenda de bancada, R\$ 35 milhões em emenda de comissão e R\$
231 151 milhões em emenda de relator. Ressaltou que R\$ 80 milhões desses R\$ 99 milhões estão na
232 Ação 2000, sobrando apenas R\$ 19 milhões para todas as políticas públicas do MMFDH. Expôs
233 sobre o orçamento específico para a SNDPD, ponderando a LOA retornou com o valor de R\$ 3,56
234 milhões, uma perda de R\$ 48 mil, porém, observou que a discricionariedade da Secretaria foi
235 totalmente tolhida pelo Congresso Nacional. Realizou uma comparação entre o orçamento de 2019
236 e 2020, ponderando que foi deixada uma programação bem adequada para a realização da
237 Conferência Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência de 2020. Abrindo para manifestações,

238 o Conselheiro Moisés Bauer Luiz discorreu que existe a informação de que não será possível
239 viabilizar passagens para os delegados da sociedade civil, questionando se essa informação teve
240 alguma alteração. O Sr. Luciano Bragagnolo afirmou que a conferência está totalmente assegurada,
241 inclusive, as diárias e passagens e a Sra. Priscilla Roberto Gaspar de Oliveira complementou que a
242 SNDPD possui apenas R\$ 560 mil para sobreviver, sendo que são empenhados R\$ 380 mil para as
243 reuniões do CONADE. Afirmou que estão articulando com o Congresso Nacional para que
244 consigam garantir a participação dos conselheiros em outros eventos. O Presidente Marco Antonio
245 Castilho Carneiro explanou que a informação da garantia de diárias e passagens é muito importante
246 e traz tranquilidade para colocar o processo conferencial em prática. Solicitou auxílio da Secretária
247 Nacional para fazer uma articulação com o Ministério para publicar as diretrizes da Conferência
248 Nacional a fim de que os estados e os municípios possam realizar as suas conferências. O
249 Conselheiro Isaias Dias questionou onde estão incluídas as diárias e se não seria possível utilizar o
250 recurso disponibilizado para a Conferência Nacional para financiar as reuniões da Comissão
251 Organizadora. O Sr. Luciano Bragagnolo entendeu que caberia fazer uma conversa com a SNDPD
252 para saber se é possível utilizar esse recurso para as reuniões da Comissão Organizadora. O
253 Conselheiro Sérgio Diego de França indagou se existe algum produto dos fóruns temáticos de
254 políticas públicas que aconteceram em 2019 e se subsidiaram a construção do planejamento para
255 2020. A Sra. Priscilla Roberto Gaspar de Oliveira informou que existe uma consultoria que está
256 finalizando o levantamento dos produtos dos fóruns de 2019, ponderando que poderá realizar a
257 apresentação dessa questão na próxima reunião. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro
258 discorreu que já será firmado esse compromisso do retorno da Secretária Nacional na reunião de
259 abril para maior detalhamento das ações da SNDPD para o exercício de 2020. A Conselheira
260 Giselle Dupin, Representante da Secretaria Especial da Cultura (SEC/MC), questionou como está
261 sendo feito o diálogo com os parlamentares em relação às emendas a fim de que seja casadas com a
262 política para a pessoa com deficiência e a Sra. Priscilla Roberto Gaspar de Oliveira explanou que
263 estão previstas algumas reuniões com os parlamentares para que sejam entendidas as necessidades.
264 O Conselheiro Daniel Dias Dutra, Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com
265 Deficiência da Bahia (COEDE/BA), salientou a necessidade de informações sobre as conferências e
266 compreendeu que é salutar uma maior participação dos usuários e dos trabalhadores na política. A
267 Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo
268 (ABRA), informou que o Conselho Estadual de Sergipe encaminhou uma mensagem agradecendo

269 pelas notícias sobre o processo conferencial e solicitou esclarecimentos sobre a carteirinha do
270 autista. A Sra. Priscilla Roberto Gaspar de Oliveira explicou que cada estado elaborará a sua
271 carteirinha do autista e registrou que podem convidar um ou dois conselheiros para acompanhar o
272 trabalho do Brasil Inclusão e do Cadastro. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro ilustrou
273 que existem poucos recursos financeiros para a participação dos conselheiros estaduais junto aos
274 fóruns, esclarecendo que estão solicitando a realização dessa representação aos conselheiros
275 residentes em Brasília/DF. Com relação à carteirinha do autista, notificou que o estado do Rio de
276 Janeiro faculta à pessoa com deficiência consignar ou não a sua condição de deficiente na carteira
277 de identidade desde 2017. O Conselheiro Wilson Roberto Gomiero, Representante da Associação
278 dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG), ponderou que a apresentação
279 mostrou que não existe uma ruptura nos programas e nas ações previstas e afirmou que o CONADE
280 é a instância que pode auxiliar a missão da Secretária Nacional e a Conselheira Lucimar Batista da
281 Costa, Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase
282 (MORHAN), relatou que em seu estado já tem feito a confecção das carteirinhas para os autistas. O
283 Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro realizou um apelo à Secretária Nacional diante o
284 prejuízo com a retirada da AMPID da composição do CONADE e da extinção da CAN,
285 considerando que a AMPID é uma instituição importante na defesa dos direitos e na atuação
286 jurídica e a CAN é uma das mais importantes comissões desse Conselho. Solicitou que fosse a
287 principal interlocutora junta a Ministra Damares Regina Alves na perspectiva de realizar uma
288 alteração no Decreto nº 10.177 para reconstituir a composição original do CONADE. A Conselheira
289 Ana Cláudia Mendes de Figueiredo, Representante da Federação Brasileira das Associações de
290 Síndrome de Down (FBASD), questionou como podem garantir que a verba destinada à conferência
291 não seja diminuídas diante a possibilidade de contingenciamento das emendas de comissão. A Sra.
292 Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes, Diretora do Departamento de Gestão e Relações
293 Interinstitucionais, postulou que o percentual de contingenciamento na modalidade em que a
294 emenda foi colocada é no máximo de 20%. A Sra. Priscilla Roberto Gaspar de Oliveira
295 comprometeu-se em ser interlocutora com a Ministra Damares Regina Alves e agradeceu pela
296 oportunidade de escuta. O Conselheiro Moisés Bauer Luiz questionou se esse item de pauta visa
297 atender o disposto no Inciso VIII, do Artigo 2º, do Decreto nº 10.177, entendendo que seria
298 adequado pautar esse assunto na Comissão de Orçamento e Finanças (COF) e trazer para a próxima
299 reunião um parecer para constituir uma avaliação e uma manifestação do CONADE. O Presidente

300 Marco Antonio Castilho Carneiro concordou com o entendimento, visto que houve apenas uma
301 apresentação de algumas ações e explanou que será nessa perspectiva que a Secretária Nacional
302 retornará à reunião de abril para apresentar a proposta de Plano de Ação da SNDPD. Retornando a
303 análise da minuta de Regimento Interno do CONADE a partir do art. 31, os conselheiros
304 externaram as suas opiniões e o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro ponderou que será
305 realizado um diálogo com o Ministério na tentativa de rever o Decreto nº 10.177, para que possam
306 recuperar a representação da AMPID e manter a CAN como comissão permanente a fim de que
307 possam discutir novamente sobre o Regimento Interno na perspectiva apenas da aprovação. O
308 Conselheiro Moisés Bauer Luiz compreendeu que existe a necessidade de elaborar um
309 posicionamento formal do CONADE para encaminhar à Ministra Damares Regina Alves e ao
310 Ministro da Casa Civil solicitando essa alteração e o Conselheiro Wilson Roberto Gomiero
311 acrescentou que seria viável uma manifestação dos conselheiros representantes da sociedade civil.
312 O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro explanou que entende a colocação do Conselheiro
313 Wilson Roberto Gomiero, mas deixaria de apresentar a insatisfação desse Conselho e o Conselheiro
314 Sérgio Diego de França inferiu que seria interessante encaminhar um parecer de mérito abordando
315 as motivações da revisão do decreto junto com a solicitação. Após várias discussões, o Presidente
316 Marco Antonio Castilho Carneiro colocou para votação a elaboração de ofício ao Ministério da
317 Mulher, Família e dos Direitos Humanos apresentando algumas considerações e solicitando a
318 modificação ou a interlocução para alteração do Decreto nº 10.177, o qual aprovado com uma
319 abstenção. Discorreu que outro encaminhamento será a elaboração de documento pela sociedade
320 civil para envio a Casa Civil. Com a chegada do Sr. Rodrigo Pedroso, Assessoria Jurídica do
321 MMFDH, o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro apresentou uma breve contextualização
322 sobre as discussões sobre o Decreto nº 10.177. Com relação à Conferência Nacional de Direitos da
323 Pessoa com Deficiência, solicitou que o Ministério publique mais breve possível as diretrizes para a
324 realização do processo conferencial e explanou que ficaram com dúvidas sobre a possibilidade de
325 publicar, junto com as diretrizes, a composição específica para a Comissão Organizadora não
326 limitando a composição das comissões temáticas. O Sr. Rodrigo Pedroso cumprimentou a todos e
327 explicou que as alterações de ordem técnica do regimento foram realizadas pela Subchefia para
328 Assuntos Jurídicos (SAJ) que estava na Casa Civil e agora está na Secretaria-Geral da Presidência,
329 inclusive, de exclusão da AMPID por não concordar com uma cadeira cativa para uma associação
330 de direito privado e por suas características. Explanou que não existe nenhum óbice de fazer uma

331 sugestão para ter uma cadeira para uma associação de operadores jurídicos que defendam os direitos
332 da pessoa com deficiência. Com relação à CAN, esclareceu que a sua extinção foi devido ao
333 entendimento da SAJ de que o caráter e as atribuições do CONADE não comporta esse tipo de
334 comissão e ponderou que podem sugerir a criação de outra comissão similar ou diferente da CAN
335 ou ampliar o número de participantes das outras comissões para resolver o problema da existência
336 de conselheiros que não fazem parte de nenhuma comissão. Recomendou à SNDPD que aproveite
337 as diretrizes já elaboradas pelo CONADE e explanou que podem criar uma Comissão Organizadora
338 *ad hoc* por ato da Ministra fora do âmbito do Conselho, para que seja contemplada a questão de
339 inclusão de mais membros. O Conselheiro Hugo Frota Magalhães Porto Neto, Representante da
340 Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e
341 Pessoa com Deficiência (AMPID), informou que a AMPID é uma associação civil, questionando se
342 houvesse servidores de outra casa mudaria a sua natureza jurídica e relatou que existe uma
343 preocupação com relação à condução das atividades dos órgãos, que em regra possuem a sua
344 comissão para tratar sobre temas jurídicos. O Sr. Rodrigo Pedroso explicou que sugeriu abrir uma
345 vaga para associações representativas de carreiras jurídicas que defendam a pessoa com deficiência
346 a fim de que a AMPID possa concorrer e a criação de uma comissão permanente de assuntos
347 jurídicos. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro postulou que tinham o entendimento de
348 que a publicação das diretrizes para a conferência seria através de uma publicação direta da
349 Ministra, mas foi esclarecido que essa iniciativa deve partir da SNDPD, solicitando ao representante
350 da Secretaria que elabore esse produto no menor tempo possível para encaminhar a Ministra na
351 perspectiva de publicação desse ato. O Sr. Rodrigo Pedroso deixou claro que o ato é da Ministra,
352 porém o seu Gabinete não possui condições de elaborar as diretrizes e agradeceu a atenção de todos,
353 colocando-se a disposição. O Conselheiro Hugo Frota Magalhães Porto Neto informou que
354 conversou com o Conselheiro Robson Crepaldi e entendeu que devem encaminhar o documento à
355 Casa Civil, pois chegará ao MMFDH posteriormente. Sugeriu que tentassem uma agenda com um
356 representante do Ministério para explicar o trâmite. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro
357 concordou com o entendimento de que o documento sobre a revisão do Decreto nº 10.177 deve ser
358 encaminhado à Casa Civil e comentou que os Conselheiros Hugo Frota Magalhães Porto Neto e
359 Gonzalo de Alencar Lopez serão responsáveis por sua elaboração. Lembrou que foi encaminhado
360 um expediente à Ministra sobre o ato da conferência, propondo que ele seja enviado à Secretária
361 Nacional e comprometendo-se em realizar esse esclarecimento. Informou que os Conselheiros:

362 Magno Prado Gama Prates, Josewilson Batista de Souza, Rafael Faria Gieger, Moisés Bauer Luiz,
363 Ana Carolina Sanches, Wilson Roberto Gomiero e Antonio de Souza Amaral dispuseram-se para
364 participar da oficina teste e foram indicados: a Sra. Maria Cleide pelo Conselheiro Isaias Dias, Sr.
365 Luís Eduardo pelo Conselheiro Antonio Carlos Sestaro, a Sra. Letícia pelo Conselheiro Moisés
366 Bauer Luiz e Sr. Thiago Campos pela Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro. Feitos os
367 esclarecimentos necessários sobre a definição máxima de seis participantes na oficina, consensou-se
368 pela participação dos Conselheiros: Wilson Roberto Gomiero, Rafael Faria Gieger e Antonio de
369 Souza Amaral, e dos indicados: Sr. Luís Eduardo, Sr. Thiago Campos e Sra. Letícia. Finalizados os
370 itens de pauta do dia, o Conselheiro Moisés Bauer Luiz informou que encaminhou ao *e-mail* do
371 CONADE uma proposta texto para o manifesto contrário ao Veto nº 55. A Conselheira Giselle
372 Dupin observou que, como conselheira representante do governo, não poderá manifestar-se
373 contrária a decisão do Chefe do Poder Executivo, destacando que todos os conselheiros
374 governamentais possuem essa posição. Realizada a leitura da proposta de manifesto, o Presidente
375 Marco Antonio Castilho Carneiro questionou se haveria alguma proposta de alteração do texto e
376 não havendo, colocou-o em votação. Aprovado com quatro abstenções. **ENCERRAMENTO**
377 **02/03/2020:** O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro agradeceu a presença de todos e
378 encerrou o primeiro dia da 124ª Reunião Ordinária do CONADE. **ABERTURA 03/03/2020:** O
379 Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro iniciou o segundo dia de reunião cumprimentando a
380 todos e realizou a verificação do quórum. Verificado o quórum, informou que foram surpreendidos
381 com notícias em diversos veículos de comunicação de que um IP de um computador do MMFDH
382 foi utilizado para fraudar um perfil no Wikipédia da jornalista Vera Magalhães. Relatou que foi
383 realizado um levantamento dos Protocolos de *Internet* (IPs) durante o primeiro horário da manhã e
384 constatou que nenhum dos computadores utilizados pelo CONADE foi utilizado para fraudar o
385 perfil, destacando que todas as medidas de esclarecimentos à sociedade estão sendo tomadas.
386 Discorreu que a Sra. Adriana Villas Bôas, Coordenadora do Departamento de Doenças Raras,
387 solicitou que fosse incluído o tema Doenças Raras na pauta, porém a pauta já estava completa e
388 assumiram o compromisso de trazer essa temática na reunião de abril. Aproveitando a sua presença
389 enquanto aguardam a chegada da equipe técnica da SNDPD para expor sobre o próximo item de
390 pauta, solicitou que fosse realizada uma breve apresentação do seu departamento e sobre as ações
391 que estão sendo pensadas para a temática. A Sra. Adriana Villas Bôas cumprimentou os presentes e
392 arrazoou que os doentes raros foram diversas vezes rechaçados da luta das pessoas com deficiência

393 justamente por serem consideradas pessoas doentes. Agradeceu pela oportunidade de explanação e
394 afirmou que explicará todas as situações dos doentes raros na reunião de abril. Seguindo para o
395 próximo item de pauta, Instrumento de Avaliação da Deficiência: Índice de Funcionalidade
396 Brasileiro Modificado (IFBRM), o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro recepcionou os
397 convidados, passando a palavra. O Sr. José Naum de Mesquita Chagas, Coordenador-Geral de
398 Políticas Temáticas da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, cumprimentou
399 a todos e apresentou a programação da Oficina Teste do Instrumento de Avaliação da Deficiência:
400 Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBRM), abrindo para manifestação da Profa.
401 Livia Barbosa Pereira. A Profa. Livia Barbosa Pereira, Universidade de Brasília (UnB),
402 cumprimentou a todos e explanou que trabalharam por vários anos nesse instrumento e hoje será
403 apresentada a versão atualizada. Apresentou um breve resgate do processo de construção do
404 IFBRM, destacando o processo de validação e de capacitação para o instrumento. Afirmou que o
405 IFBRM é válido e possui sensibilidade e especificidades expressivas e informou que foi elaborado
406 um vídeo com a simulação das capacitações realizadas pelo Brasil. O Sr. José Naum de Mesquita
407 Chagas discorreu que o objetivo é conhecer o instrumento e entender como se avalia cada uma das
408 atividades. Convidou os quatro profissionais convocados para tomarem assento a mesa, que falarão
409 sobre suas vivências particulares, os desafios e a experiência com as pessoas com deficiência nesse
410 processo da avaliação. A Sra. Carolina Sigriste, Psicóloga d C4 do M'Boi Mirim de São Paulo,
411 informou que a sua instituição está localizada na periferia de São Paulo e lida com pessoas
412 extremamente carentes, destacando que a principal preocupação das pessoas que iriam participar da
413 pesquisa era a possibilidade de perder os seus benefícios. A Sra. Mércia Medeiros, Assistente Social
414 da FUNAD de São Pessoa/PB, deixou claro que foram colaboradoras de um processo a qual
415 possuem consenso sobre a sua importância. Arrazoou que o país tem diversas instituições que
416 avaliam e diagnosticam a deficiência, mas cada uma define e constrói parâmetros próprios e
417 afirmou que o IFBRM foi um desafio do ponto de vista da avaliação e institucional. Explanou que
418 estão implantando esse instrumento de entendimento da pessoa com deficiência a partir da
419 Convenção do próprio segmento. A Sra. Alessandra, Fisioterapeuta da Instituição Pestalozzi de
420 Niterói/RJ, postulou que a sua experiência como aplicadora do instrumento de avaliação foi muito
421 enriquecedora por avaliar a funcionalidade, o desempenho e capacidade das pessoas com
422 deficiência e dá a possibilidade de discriminar qualitativamente o desempenho funcional e definir
423 um parâmetro de conduta. A Sra. Cristiane, Terapeuta Ocupacional da Instituição Pestalozzi de

424 Niterói/RJ, alegou que foi muito enriquecedor poder aplicar a avaliação e poder conhecer um pouco
425 mais o paciente e explanou que havia muito medo das pessoas de que essa avaliação poderia as
426 prejudicar. Relatou que foi muito importante perceber que uma das grandes barreiras era a falta de
427 comunicação e de acesso. Abrindo para manifestações, o Conselheiro Antonio Carlos Sestaro,
428 Representante da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD),
429 questionou se a avaliação da deficiência estaria diretamente ligada ao local que a pessoa estaria e a
430 Profa. Livia Barbosa Pereira explicou que haverá mais clareza sobre essa questão quando
431 conhecerem o instrumento e como é avaliado, ponderando que o grau de dependência para a
432 locomoção afeta a funcionalidade da pessoa com deficiência influenciado sensivelmente a restrição
433 de participação. O Sr. José Naum de Mesquita Chagas complementou que o processo de
434 incorporação da avaliação, que será reconhecida pelo governo brasileiro, passará por um processo
435 de regulamentação através de um grupo interministerial e que um dos grandes motivadores para ter
436 uma avaliação única é a necessidade de recorrer a laudos, pareceres e avaliações para cada uma das
437 requisições. A Conselheira Niusarete Margarida de Lima, Representante da Secretaria Especial de
438 Desenvolvimento Social (SEDS/MC), comentou que lhe preocupa a explanação de que muitas
439 pessoas ainda não sabem quem são as pessoas com deficiência e compreendeu que é necessário
440 trabalhar uma maneira de colocar as normativas de em uma linguagem mais compreensiva. A Profa.
441 Livia Barbosa Pereira comentou que o instrumento não é perfeito, mas atende todos os critérios
442 técnico-científicos com excelência. O Conselheiro Hugo Frota Magalhães Porto Neto parabenizou
443 pela participação nesse processo e indagou se existe alguma preocupação com o nível de
444 qualificação dos profissionais que aplicaram essa avaliação. A Sra. Carolina Sigriste entendeu que o
445 instrumento abrange essa questão e o Sr. José Naum de Mesquita Chagas esclareceu que essa
446 ferramenta traz todas as barreiras, inclusive, para serem utilizadas como um suporte de melhoria das
447 políticas públicas, uma vez que permite mapear as mais predominantes em cada localidade. A
448 Profa. Livia Barbosa Pereira explanou que essa questão foi uma preocupação na montagem da
449 mostra, quanto no planejamento da metodologia de aplicação do instrumento e relatou que o
450 instrumento não tem um padrão de funcionalidade apesar de ter 38 atividades e por isso a
451 localização geográfica é importante. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro salientou o
452 grande número de acompanhamento da reunião pela *internet* e informou que a Dra. Isabel Maior
453 solicitou que fosse registrado a ausência de um profissional médico na equipe de avaliação. O
454 Conselheiro Magno Prado Gama Prates, Representante da Federação Nacional de Educação e

455 Integração dos Surdos (FENEIS), externou a sua satisfação pela elaboração desse instrumento de
456 avaliação e entendeu que deveria ser mais aprofundado para a pessoa surda, tendo em vista que
457 possuem muitos problemas de comunicação. A Profa. Livia Barbosa Pereira esclareceu que a
458 ferramenta mede a restrição de participação e o desempenho de atividade, destacando que os
459 questionamentos sobre o processo metodológico serão resolvidos com a apresentação da lógica do
460 instrumento. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro discorreu que o Sr. José Naum de
461 Mesquita Chagas informou que foram convidados alguns médicos avaliadores, no entanto, nenhum
462 tinha disponibilidade de agenda. O Conselheiro Moisés Bauer Luiz questionou se já existe o
463 entendimento de que já é o momento do CONADE se posicionar em relação à metodologia de
464 avaliação e se houve alguma classificação diferente entre duas pessoas com as mesmas limitações.
465 O Sr. José Naum de Mesquita Chagas inferiu que não é o momento do CONADE se pronunciar
466 sobre a metodologia, visto que esse momento já passou e explanou que o CONADE deve ser o
467 protagonista enquanto representante da diversidade sugerindo ao governo caminhos melhores. O
468 Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro entendeu que nesse momento o CONADE deve avaliar
469 e posicionar sobre o modelo de avaliação aplicado as pessoas com deficiência e discorreu que a
470 minuta final de decreto de regulamentação do art. 2º da LBI deverá ser apresentada para que seja
471 apreciada e aprovada. A Profa. Livia Barbosa Pereira explicou que o próprio conceito de deficiência
472 pressupõe a possibilidade de ter uma avaliação diferente para pessoas com as mesmas limitações e
473 que houve o entendimento que o melhor parâmetro para identificar o grau de deficiência é a
474 concordância de dois profissionais de saúde treinados no modelo biopsicossocial. Esclarecidos os
475 demais questionamentos colocados pelos conselheiros, passou-se a Oficina Teste do Instrumento. A
476 Profa. Livia Barbosa Pereira apresentou algumas instruções gerais para os conselheiros
477 conseguirem identificar quais as informações do vídeo são relevantes, explicando como deve ser
478 preenchido o formulário com as 38 atividades retiradas da Classificação Internacional de
479 Funcionalidade (CIF) divididas em sete domínios (1- Aprendizagem e Aplicação do Conhecimento;
480 2 - Comunicação; 3 – Mobilidade; 4 – Cuidados Pessoais; 5 – Vida Doméstica; 6 – Educação,
481 Trabalho e Vida Econômica; 7 – Relações e Interações Interpessoais). Antes de exibir o vídeo com
482 a simulação das capacitações realizadas pelo Brasil, o Prof. Heleno, Pesquisador da Universidade de
483 Brasília (UnB), agradeceu a presença das profissionais que participaram da avaliação e arrazoou
484 que o Índice de Funcionalidade Brasileiro pode ser aplicado por qualquer profissional de saúde,
485 sendo que refletirá menor índice de erro possível por ser epidemiologicamente adaptado para

486 pessoas que não possuem a mesma capacidade. Executado o vídeo, ressaltou que foram 2.300
487 entrevistadores capacitados que operaram como avaliadores no processo de avaliação, desses 53
488 eram médicos. Explicou que todas as pessoas avaliadas tiveram um diagnóstico clínico dado por um
489 profissional médico que foi registrado no formulário próprio chamado “Funções do Corpo”, sendo
490 que o médico pode participar do preenchimento do formulário com as 38 atividades. Realizados
491 outros esclarecimentos pendentes sobre a avaliação, a Profa. Livia Barbosa Pereira apresentou a sua
492 avaliação a partir das respostas do Sr. Vanderley (Cadeirante) no vídeo e explicou as principais
493 dúvidas externadas pelos conselheiros sobre como e qual pontuação colocar. A Sra. Liliane Cristina
494 Bernardes salientou que a alteração de paradigma do conceito biomédico para biopsicossocial é
495 muito grande por mudar toda uma forma de definir a deficiência e compreendeu que a maioria das
496 reflexões está calcada no modelo médico, ponderando que terão que trabalhar muito nessa questão.
497 O Conselheiro Moisés Bauer Luiz parabenizou pelo trabalho e afirmou que se sentiu bastante
498 contemplado com a apresentação do instrumento, mas postulou que está preocupado com a
499 necessidade de formação dos avaliadores. A Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes alegou que a
500 SNDPD também possui o entendimento da necessidade de capacitação, informando que a ideia é
501 seguir a recomendação do grupo de trabalho interministerial de 2007 de criar uma rede de avaliação
502 e valoração da deficiência para fazer a formação dos avaliadores. A Conselheira Ana Cláudia
503 Mendes de Figueiredo endossou a necessidade de uma formação eficaz para que os avaliadores
504 conheçam os conceitos e os princípios da Convenção e dos direitos humanos. Passando a
505 apresentação dos resultados das seis avaliações realizadas com os indicados pelo CONADE, o Prof.
506 Heleno informou que apresentará um resumo dos resultados e afirmou que as avaliações foram
507 muito bem feitas pelas equipes avaliadoras. Explanou que os avaliados foram classificados em
508 deficiente visual moderado, deficiente físico moderado, Síndrome de Down grave, espectro do
509 autismo grave, ostomizado leve e deficiente auditivo leve. Destacou essas pessoas foram avaliadas
510 através do padrão ouro, que é a soma das opiniões de dois avaliadores mais a do avaliado, expondo
511 a pontuação aplicando a regra Fuzzy. Abrindo para manifestação dos avaliados, o Conselheiro
512 Antonio de Souza Amaral, Representante da Associação Brasileira de Ostomizados (ABRASO),
513 discorreu que a sua pontuação lhe assustou, uma vez que a avaliação quase excluiu o ostomizado
514 do diagnóstico de pessoas com deficiência, questionando qual é a regra da tabela Fuzzy. O Prof.
515 Heleno explicou que a pessoa avaliada como leve foi em relação às barreiras, ponderando que
516 outros ostomizados que vivem em periferias, que não tenham acesso aos cuidados necessários,

517 poderão apresentar barreiras muito maiores e poderão ser classificados como graves. O Presidente
518 Marco Antonio Castilho Carneiro complementou que a avaliação realizada não apresentará as
519 mesmas condições de outra pessoa ostomizada de qualquer outro lugar do país. A Profa. Livia
520 Barbosa Pereira arrazoou que fez questão de realizar uma apresentação bem detalhada por se tratar
521 de uma avaliação de restrição de participação, sendo que cada avaliação será diferente. A
522 Conselheira Ana Paula Batista Soledade, Representante da Associação Brasileira de Ostomizados
523 (ABRASO), externou a sua preocupação com a avaliação social que pode retirar o acesso ao direito
524 das pessoas com deficiência. O Conselheiro Wilson Roberto Gomiero entendeu que essa avaliação
525 tende a classificar a pessoa e não a doença e o Conselheiro Rafael Faria Giger, Representante da
526 Secretaria de Trabalho (STb/ME), relatou que lhe chamou a atenção não terem perguntado o quanto
527 enxergava na avaliação e comentou que possui preocupação como será feita a proteção ao direito do
528 trabalho às pessoas com uma doença degenerativa que ainda não apresenta as limitações. A Sra.
529 Letícia postulou que gostou muito de ser avaliada e o Conselheiro Antonio Carlos Sestaro
530 compreendeu que a avaliação realizada no Sr. Luís Eduardo foi bem-feita e os resultados atenderam
531 as suas expectativas. A Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro parabenizou pelo
532 instrumento e entendeu que a avaliação pessoal realmente é necessária para definir o grau de
533 deficiência de cada pessoa. O Conselheiro Isaías Dias externou a sua satisfação com o processo de
534 avaliação e pelo CONADE defender o IFBR com instrumento de avaliação. O Conselheiro Roberto
535 Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de
536 Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB), entendeu que foi muito interessante
537 esse trabalho por possibilitar o conhecimento dos detalhes pelo CONADE e o Conselheiro Moisés
538 Bauer Luiz afirmou que está satisfeito com instrumento apresentado, especialmente, após a
539 apresentação dos resultados das avaliações e inferiu que esse Conselho está maduro para retirar um
540 posicionamento formal de apoio e adoção desse instrumento. O Conselheiro Adinilson Marins dos
541 Santos, Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES) ponderou que esse
542 instrumento veio para trazer a individualidade de cada pessoa com deficiência e facilitará a garantia
543 de direito e o Conselheiro Magno Prado Gama Prates manifestou que chegaram a um resultado no
544 qual as pessoas poderão conhecer melhor a sua deficiência. A Sra. Liliane Cristina Gonçalves
545 Bernardes agradeceu à Profa. Livia e à equipe da UnB por terem apoiado a realização dessa oficina
546 e ao CONADE pelo espaço dado. A Sra. Livia Barbosa Pereira agradeceu a todos os conselheiros
547 pela paciência e pelas palavras de apoio e discorreu que foi realizado um trabalho muito sério,

548 colocando-se a disposição. Realizados os agradecimentos às avaliadoras, o Conselheiro Gonzalo de
549 Alencar Lopez observou que existem muitas judicializações de saúde da pessoa com deficiência,
550 informando que existe uma diretriz no Poder Judiciário para que os tribunais criem juntas médicas
551 de avaliação, sugerindo que a UnB seja protagonista e pioneira em um protocolo que possa ser
552 levado ao judiciário em casos de dúvida. A Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes notificou que
553 já existe um manual orientando como deve ser feita a aplicação da avaliação pelo avaliador.
554 Finalizadas as discussões, o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro colocou para aprovação o
555 Instrumento de Avaliação da Deficiência: Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado IFBRM,
556 explicando que serão tomadas as providências necessárias no sentido de encaminhar o
557 posicionamento do CONADE ao governo brasileiro. Aprovado com uma abstenção. Informou que
558 dialogou com a Secretária Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência sobre o documento que
559 deve ser elaborado pela SNDPD para publicação das diretrizes da Conferência Nacional pelo
560 MMFDH e solicitou que fossem indicados profissionais para elaboração desse instrumento,
561 comunicando que foi indicada a Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes e a Sra. Izana. Solicitou
562 que a Presidência Ampliada permaneça no recinto para realizar uma discussão com a Sra. Liliane
563 Cristina Gonçalves Bernardes e definir quais serão os procedimentos. **ENCERRAMENTO**
564 **03/03/2020:** O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro agradeceu a presença de todos e
565 encerrou o segundo dia da 124ª Reunião Ordinária do CONADE. **ABERTURA 04/03/2020:** O
566 Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro iniciou o terceiro dia de reunião cumprimentando a
567 todos e realizou a verificação do quórum. Verificado o quórum, informou que a Sra. Nídia Regina
568 Limeira de Sá teve uma indisposição durante a madrugada e solicitou que justificasse a sua
569 ausência, sendo que encaminhou uma servidora representante do MEC para a apresentação.
570 Discorreu que também acabou de ser informado que o Sr. Jorge Luiz Ribeiro de Medeiros não
571 poderá está presente nessa reunião por questões de saúde e será representado pelo Procurador Felipe
572 Fritz Braga, Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadãos/MPF. Seguindo para a
573 apresentação sobre o Tema: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, convocou os
574 convidados para tomarem assento a mesa, passando a palavra a representante do MEC. A Sra.
575 Cristina Maria Carvalho Delou, Coordenadora-Geral de Políticas, Reformulação de Formação de
576 Profissionais em Educação Especial do MEC, cumprimentou a todos e lembrou que o Tema
577 Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi imposto pelo Fundo Monetário
578 Internacional e pelo Banco Mundial e executado pela UNESCO, explanando que o movimento de

579 educação para todos no Brasil foi bastante conturbado. Apresentou o histórico de evolução do tema,
580 salientando a declaração de Salamanca, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Política
581 Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. Explicou que a
582 Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 não foi
583 publicada no Diário Oficial e se encontra apenas em uma página na *internet* e destacou que a Lei
584 Brasileira de Inclusão (LBI) é muito importante e traz elementos para a mudança de consciência no
585 Brasil, reclamando da ausência de menção dos autistas. Ilustrou que em 2015 acabou a vigência da
586 Declaração de Salamanca e foi elaborada a Declaração de Incheon, que é uma declaração de
587 prestação de contas das ações realizadas até 2015. Discorreu que a demanda mais importante é
588 garantir a aprendizagem ao longo da vida e observou que a sociedade não pratica as políticas de
589 inclusão espontaneamente, ressaltando a necessidade de uma escola mais humana, resiliente e
590 menos indiferente. A Sra. Erenice Natália Soares de Carvalho, Professora Psicóloga,
591 Fonoaudióloga, Mestre e Doutora em Psicologia da Universidade de Brasília, cumprimentou os
592 presentes e apresentou os conceitos de educação especial, de perspectivas e de educação inclusiva,
593 entendendo que o termo que melhor se aplica é o da educação integrada. Registrou que a
594 Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência suprimiu os impedimentos de natureza
595 intelectual e alegou que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação
596 Inclusiva trouxe muita clareza, mas entendeu que houve uma deliberação pontual direcionada por
597 um tipo de pensamento predominante de apenas um grupo, restringindo à abrangência da
598 modalidade de ensino, inclusive, à possibilidade de modificações permitidas. Expôs os principais
599 pontos do trabalho realizado pelo Sr. Alan Dyson em 2009, que tratou que a educação inclusiva é
600 um conceito que está sendo apropriado no mundo inteiro de diversas maneiras. Com relação ao
601 Brasil, discorreu que a educação inclusiva se destaca como um conceito construído e não como uma
602 concepção transformadora de educação e caracteriza-se principalmente pela localização de oferta da
603 educação escolar, que seria na escola comum no âmbito de classe comum exclusivamente sem que
604 outros espaços sejam qualificados com inclusivos. Destacou que o principal problema é transformar
605 o sistema educacional inclusivo equitativo responsivo à diversidade e às diferentes necessidades dos
606 estudantes. A Sra. Rosângela Machado, Professora e Doutora em Educação da Secretaria de
607 Educação de Florianópolis/SC, cumprimentou a todos e esclareceu que o seu objetivo é apresentar
608 algumas bases conceituais que norteiam a sua experiência prática e sua convicção de educação
609 inclusiva. Citou alguns conceitos dos autores Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques

610 Rousseau, que teorizaram sobre o surgimento da sociedade civil e do estado a partir de um contrato
611 social que se efetiva por meio de um acordo entre as pessoas que são submetidas a um conjunto de
612 regras. Arrazou que o direito à vida foi negado a pessoa com deficiência em determinados
613 momentos históricos, que solidificou a concepção de que a deficiência está relacionada à
614 inferioridade e a incapacidade. Entendeu que a atualização proposta pelo MEC retorna ao modelo
615 de integração escolar, em que as pessoas com deficiência que não se qualificavam para o ensino
616 regular permaneciam nas instituições especializadas e nas escolas especiais, apresentando um
617 retrocesso. Manifestou que o movimento de inclusão escolar tem que ter como princípio o
618 reconhecimento da diferença humana e valorização das diversas formas de ser, promovendo o
619 potencial humano independente. Comentou que é necessário adentrar no modelo social da
620 deficiência, sendo que os impedimentos não podem ofuscar todas as possibilidades existentes para a
621 intervenção. Afirmou que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma mudança de
622 concepção e possibilita que os estudantes com deficiência tenham acesso aos materiais e recursos de
623 acessibilidade. O Sr. Felipe Fritz Braga, Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do
624 Cidadãos/MPF, cumprimentou a todos e informou que a Procuradoria Federal dos Direitos do
625 Cidadão é um órgão nacional de coordenação do Ministério Público Federal, o qual tem o Grupo de
626 Trabalho de Inclusão que assessora a Procuradoria na temática da educação especial na perspectiva
627 da educação inclusiva. Discorreu que esse tema é o mais controverso de toda a temática dos direitos
628 da pessoa com deficiência no país e mencionou alguns marcos normativos e as notas técnicas da
629 Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sobre a educação especial e inclusiva, salientando
630 que a Constituição Federal é extremamente enfática sobre o eixo central da disciplina jurídica da
631 inclusão das pessoas com deficiência. Informou sobre o projeto de lei de educação especial que está
632 sendo trabalhado, que trata sobre a ausência de participação relevante e expressiva das pessoas com
633 deficiência no processo de deliberação. Encerradas as apresentações, o Presidente Marco Antonio
634 Castilho Carneiro agradeceu pelas explicações e notificou que haverá uma alteração na pauta,
635 explicando que será apreciado o ofício solicitando alteração do Decreto nº 10.177 à Casa Civil,
636 apresentada a Resolução nº 01/2020, que trata do instrumento de avaliação e da deficiência e
637 IFBRM e realizados os informes com relação à realização da 5ª Conferência Nacional dos Direitos
638 da Pessoa com Deficiência, o que foi aprovado. Abrindo para as manifestações, o Conselheiro
639 Antonio Carlos Sestaro parabenizou pelas apresentações e externou a frustração da FBASD por
640 perceber que há um decreto em andamento propondo a alteração da Política de Educação Especial

641 na perspectiva da educação inclusiva trazendo de volta às salas e às escolas especiais e afirmou que
642 não aceitarão essa situação, registrando que não foi apresentada a proposta de decreto infelizmente.
643 O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro arrazoou que a presidência ficou surpresa pela não
644 apresentação da proposta de decreto, afirmando que já se manifestou junto à diretora o fato do MEC
645 não ter cumprido aquilo para qual foi convidado. O Conselheiro Hugo Frota Magalhães Porto Neto
646 invocou o parecer do Comitê da ONU de Monitoramento da Convenção para tratar sobre o tema,
647 citando o Item 11 que trata sobre o que é exclusão, integração, segregação e inclusão. Discorreu que
648 o direito de um aluno com deficiência está no ensino regular e manifestou sobre a necessidade de
649 transversalidade entre as políticas para que não retornem ao debate da ineficiência ou não da
650 educação especial, salientando que a chave da inclusão é a convivência. O Conselheiro Josewilson
651 Batista de Souza, Representante do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Juazeiro/BA
652 (CMPD), explanou que cresceu com o entendimento que deveria ocupar todos os espaços junto com
653 as outras pessoas e inferiu que é necessário unir forças caso haja um suposto fracasso da educação
654 inclusiva. A Sra. Cristina Maria Carvalho Delou relatou que o CONADE está analisando o projeto
655 de lei errado, porque o projeto do Major Olímpio não é o projeto ao qual aprovou como membro da
656 nova equipe do MEC. Explanou que defende o projeto que o CONADE participou e tem
657 conhecimento desde 2018 e destacou que pensar a Política Nacional de Educação Especial na
658 transversalidade é o modo mais democrático de incluir a todos. A Sra. Erenice Natália Soares de
659 Carvalho relatou que intenção nunca foi colocar a educação especial em um sistema paralelo e
660 ponderou que as escolas especiais nunca deixaram de existir no Brasil, sendo que o grande erro de
661 2008 foi deixar invisível essas escolas e permitir que ficassem sem insumos tecnológicos e
662 financeiros. Afirmou que estão discutindo a meta de inclusão plena e o direito de ter um espaço
663 educacional que maximiza as possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento e observou que
664 o Item 11 do parecer do Comitê da ONU de Monitoramento da Convenção está defendendo
665 posições extremas. A Sra. Rosângela Machado observou que o aspecto mais difícil da inclusão é
666 justamente os casos de deficiência considerados mais comprometidos e informou que possui
667 estudos longitudinais com crianças com autismo com grave comprometimento que mostram que
668 tiveram mudança nesse nível de comprometimento através da intervenção dos seus colegas,
669 professores, AEE, saúde e terapias especializadas. Afirmou que, no movimento de educação
670 inclusiva, não há espaço para escolas e classes especiais que agreguem pessoas em função de um
671 único atributo. O Conselheiro Gonzalo de Alencar Lopez ilustrou que adquiriram um novo caráter

672 de diálogo, solicitando que houvesse outra oportunidade para que possa expor e o Presidente Marco
673 Antonio Castilho Carneiro entendeu que existe a necessidade de ter uma nova interlocução com o
674 MEC, sobretudo, por não terem apresentado a proposta de projeto, ponderando que os demais
675 conselheiros terão a oportunidade de se expressar. O Conselheiro Erivaldo Fernandes Neto,
676 Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES), inferiu que não cabe mais
677 estabelecer a dicotomia entre escola especial e educação inclusiva e que devem discutir sobre a
678 ressignificação da escola especial e o seu papel dentro o sistema inclusivo. Discorreu que a
679 principal falha da AEE é o professor do atendimento educacional especializado ter que cuidar do
680 cego, do surdo, do autista e da pessoa com deficiência intelectual sem ter metodologias,
681 equipamentos e tecnologias para isso. Ressaltou que é uma irresponsabilidade defender a exclusão
682 das escolas especiais por existir uma série de pessoas que não possuem outros espaços. A
683 Conselheira Ana Cláudia Mendes de Figueiredo registrou a ausência do documento para discussão e
684 comentou que o Brasil incorporou a Convenção Internacional sobre Direitos da Pessoa com
685 Deficiência com status de norma constitucional, o que impôs a incorporação no mesmo patamar da
686 Constituição Federal dos princípios da dignidade, dos direitos humanos, da participação efetiva e
687 plena de todas as pessoas da sociedade, da inclusão e da acessibilidade. Realizou a leitura da ADI nº
688 5357, que trata que o ensino inclusivo em todos os níveis de educação não é realidade estranha ao
689 ordenamento jurídico, ao contrário, é imperativo que se põe mediante regra explícita, ao mesmo
690 tempo em que se veda a exclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional geral sob o
691 pretexto de sua deficiência. Informou que as diretrizes nacionais de educação estão sendo debatidas
692 no Conselho Nacional de Educação e já registrou a importância da participação do CONADE nos
693 momentos em que participou das suas reuniões. O Conselheiro Daniel Dias Dutra solicitou que seja
694 enxergada a realidade da pessoa com deficiência para tentar avançar e não retirar os direitos já
695 adquiridos e o Conselheiro Moisés Bauer Luiz entendeu que não existe nenhum posicionamento
696 contrário a educação inclusiva, porém há uma aversão a existência de uma escola especializada e
697 indagou o motivo de negar a possibilidade de uma escola especializada, observando que as
698 necessidades pedagógicas específicas ainda não conseguem ser atendidas em todas as escolas
699 regulares. Resgatou que foi aprovada a deliberação com a previsão dos dois modelos educacionais,
700 escola inclusiva e especial, na Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência
701 realizada em 2012 com 70% dos votos dos delegados. O Conselheiro Adinilson Marins dos Santos
702 entendeu que estão discutindo a questão de forma equivocada, afirmando que ninguém é contra a

703 educação inclusiva e a favor da segregação. A Sra. Maria Fúria discorreu que o entendimento
704 especializado nas creches é fundamental para as crianças com deficiência específica, observando
705 que as escolas regulares não estão preparadas para receber um aluno que necessita de um projeto
706 educacional individualizado. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro agradeceu pelo debate
707 e informou que a Conselheira Nídia Regina Limeira de Sá, Representante do Ministério da
708 Educação (MEC), entrou em contato e explicou que teve o entendimento de que não era para fazer a
709 apresentação da nova política. Discorreu que estão avaliando a possibilidade de inclusão da
710 apresentação da nova Política de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão na reunião de abril.
711 Havendo manifestações sobre a necessidade de solicitar ao MEC o adiamento da publicação do
712 decreto, informou que será submetido à Presidência Ampliada a necessidade de fazer um ajuste na
713 pauta para tentar trazer o MEC, explanando que poderão solicitar, por ato de ofício, que o MEC
714 considere não publicar o decreto antes de ouvir o posicionamento do CONADE. Registrou que em
715 nenhum momento a FENAPESTALOZZI colocou-se contra a educação inclusiva, afirmando
716 concorda com as explicações dos Conselheiros Moisés Bauer Luiz e Erivaldo Fernandes Neto. O
717 Procurador Felipe Fritz Braga agradeceu pela oportunidade de participação e arrazoou que os
718 princípios mais importantes são a subsidiariedade e caráter secundário da educação especial frente à
719 educação inclusiva e a necessidade de assegurar o papel da pessoa com deficiência como
720 protagonista dos processos deliberativos sobre políticas para pessoas com deficiência. A Sra.
721 Cristina Maria Carvalho Delou notificou que o expediente recebido apenas convidava para versar
722 sobre o tema Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e alegou que é necessário
723 parar de analisar as pessoas com deficiência grave pelo seu perfil e verificar a sua potencialidade.
724 Seguindo para a apresentação da minuta de Resolução 01/2020, que trata do instrumento de
725 avaliação e da deficiência e IFBRM, a Conselheira Isabela Oliveira Pereira, Representante do
726 Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), realizou a sua leitura e os conselheiros
727 externaram as suas opiniões e manifestações. Havendo necessidade de realizar algumas alterações,
728 o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro sugeriu que as alterações sejam feitas para
729 aprovação da minuta e que passassem o próximo item de pauta para posterior apreciação, o que foi
730 aprovado. Passando a apreciação e aprovação do ofício a ser encaminhado à Casa Civil, solicitando
731 a alteração do Decreto nº 10.177, o Conselheiro Hugo Frota Magalhães Porto Neto realizou a leitura
732 dos pontos mais importantes e os conselheiros colocaram as suas sugestões, sendo consensuado que
733 a exposição de motivos para a manutenção da AMPID e da CAN será transformada em anexo para

734 que o ofício seja mais sintético. Realizadas todas as alterações aprovadas, o Presidente Marco
735 Antonio Castilho Carneiro colocou o ofício para aprovação, o qual foi aprovado com uma
736 abstenção. Retornando a minuta de Resolução 01/2020, que trata do instrumento de avaliação e da
737 deficiência e IFBRM, realizou-se novamente a sua leitura com as alterações realizadas e os
738 conselheiros realizaram as adequações redacionais necessárias. Não havendo mais nenhuma
739 contribuição, o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro colocou a minuta de Resolução
740 01/2020 para aprovação, a qual foi aprovada com uma abstenção. Prosseguindo para o informe
741 sobre a 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Presidente Marco
742 Antonio Castilho Carneiro lembrou que a Secretária Nacional de Direitos da Pessoa Idosa,
743 atendendo a solicitação do CONADE, indicou a Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes e a Sra.
744 Izana para tratar do ato de publicação das diretrizes da Conferência Nacional, sendo que realizaram
745 uma reunião para contextualizar os trabalhos realizados em 2019. Informou que o documento será
746 adaptado e encaminhado para que a Presidência Ampliada faça uma análise prévia para publicação
747 e que sugeriu que a SNDPD indicasse alguns nomes para compor a Comissão Organizadora.
748 Discorreu que foi realizada uma avaliação sobre as solicitações encaminhadas pelos conselhos
749 estaduais de dilatação do prazo para realização das conferências estaduais e estão propondo o prazo
750 até 15 de setembro de 2020 para realizar as conferências e até dia 30 de setembro de 2020 para
751 encaminhar toda a documentação. Com relação às conferências municipais, arazoou que existe o
752 entendimento que o conselho estadual é o responsável por mensurar o lapso temporal, mas foi
753 sugerido que aconteçam até 31 de maio de 2020. Salientou que as demais questões da Conferência
754 Nacional serão tratadas com a Comissão Organizadora que será instituída pelo ato, informando que
755 tentarão realizar uma reunião extraordinária no mês de maio por não haver tempo hábil para
756 realização de reunião no mês de abril. Relatou que existe um entendimento que o os textos bases
757 dos temas da conferência encaminhados pelos coordenadores das comissões precisam ser
758 melhorados. Questionado sobre a maneira que será operada a constituição da Comissão
759 Organizadora da Conferência Nacional, explicou que já haviam consensuado em manter os
760 membros já indicados pelo CONADE anteriormente, sendo que a SNDPD agregará apenas a
761 participação dos seus representantes. Seguindo para os informes gerais, o Conselheiro Sérgio Diego
762 de França informou que a ONCB estará organizado o seu 1º Encontro Nacional de Pessoas Cegas e
763 com Baixa Visão em São Paulo, nas dependências do Centro de Treinamento do Comitê
764 Paraolímpico Brasileiro, do dia 5 a 7 de março de 2020. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné

765 sugeriu que seja incluído um item sobre a revisão dos representantes do CONADE na Câmara de
766 Saúde Suplementar da Agência Nacional de Saúde na pauta da reunião de abril, uma vez que essa
767 representação está prejudicada pela falta de orçamento para passagem e diárias da SINDPD. A Sra.
768 Izana informou que a Conselheira Carmem Lúcia Lopes Fogaça estará representando o CONADE
769 na próxima reunião da Câmara de Saúde Suplementar. O Conselheiro Hugo Frota Magalhães Porto
770 Neto notificou que o GT7 da Defesa da Pessoa com Deficiência do Conselho Nacional do
771 Ministério Público está discutindo a possibilidade de propor a emissão de uma resolução para
772 unificar os concursos públicos e a contratação de servidores terceirizados e estagiários em todos os
773 Ministérios Públicos, explanando que essa minuta será encaminhada ao CONADE para apreciação.
774 O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro comunicou que será realizada a capacitação de
775 conselheiros de direito da pessoa com deficiência na região sul nos dias 26 e 27 de março de 2020.
776 **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nenhum item a ser tratado, o Presidente Marco Antonio
777 Castilho Carneiro agradeceu a presença de todos e encerrou a 124ª Reunião Ordinária do
778 CONADE.

779

780

781

782

783

784

Marco Antonio Castilho Carneiro

785

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE

786

787

788

789

790

Março de 2020